

continuado

ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixas e contas a receber de clientes. **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e partes relacionadas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2.016	2.015
Fundo Fixo	3.000	3.000
Banco conta movimento (a)	6.395.737	155.300
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	5.252.673	5.410.973
Total	6.398.737	5.410.973

(a) Correspondem aos saldos disponíveis em conta corrente depositadas no Banco Banpará. (b) Corresponde a certificado de depósitos bancários (CDB), aplicado no Banco Banpará, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, remunerados as

8. Imobilizado, Intangível e Subvenções a Realizar.

A) Composição: Itens	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Beneficentárias	1.328.288	(128.735)	1.199.553
Instrumentos Médicos Hospitalares	899.189	(36.651)	862.538
Equipamentos de informática	537.945	(277.171)	260.774
Máquinas e equipamentos Méd. Hospitalares	3.447.619	(866.590)	2.581.029
Móveis e utensílios hospitalares	704.007	(190.126)	513.881
Móveis e utensílios de escritório	71.437	(7.647)	63.790
Móveis e utensílios	344.626	(60.321)	284.305
Total imobilizado	6.589.309	(1.567.241)	5.022.068
Direito de uso de software	91.151	(51.845)	39.306
Total Intangível	91.151	(51.845)	39.306
(-) Subvenções a realizar	(4.509.926)	-	(4.509.926)
Total subvenções a realizar	(4.509.926)	-	(4.509.926)

B) Movimentação	Saldo em 31/12/15	Adições	Depreciação e realização	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/16
Obras em andamento	709.507	-	(47.045)	-	(662.562)	47.220
Beneficentárias	1.027.095	256.473	-	-	1.328.288	1.328.288
Instr. Méd. Hospitalares	104.149	-	-	-	51.238	155.387
Equipos de informática	495.480	86.846	-	(780)	(43.601)	537.945
Máquinas e equiptos Médicos	2.680.949	88.395	-	(12.414)	690.689	3.447.619
Móveis e Utensílios	162.291	117.826	-	(9.494)	74.003	344.626
Móveis, e utensílios hosp.	815.537	78.309	-	(16.800)	(173.039)	704.007
Móveis e utensílios de escrit.	79.179	12.520	-	(20.262)	71.437	71.437
(-) Depreciação **	(947.879)	-	(587.222)	(46.399)	14.259	(1.567.241)
Total imobilizado	4.416.801	1.349.976	(587.222)	(132.932)	(24.555)	5.022.068
Direito de uso de software	49.717	2.620	-	-	38.814	91.151
(-) Amortização **	(24.341)	-	(13.245)	-	(14.259)	(51.845)
Total Intangível	25.376	2.620	(13.245)	-	24.555	39.306
(-) Subvenções a realizar *	(4.442.177)	(789.423)	-	-	-	(4.509.926)
Total Subvenções a realizar	(4.442.177)	(789.423)	-	-	-	(4.509.926)
Total geral	563.173	563.173	121.207	(132.932)	-	563.173

* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício na rubrica de receitas de subvenções - investimento, mediante ao valor correspondente a depreciação do bem em 2.016 no montante de R\$ 721.574.

** As despesas com depreciação e amortização, apurada conforme a vida útil dos bens no exercício de 2016 montou a R\$ 600.467 (Em 2015 - R\$ 491.809).

C) Taxas de depreciação e amortização: As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Equipamentos de informática	20,0%
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%
Móveis e Utensílios	10,0%
Móveis e utensílios hospitalares	10,0%
Móveis e utensílios de escritório	10,0%
Direito de uso de software	20,0%

9. Fornecedores: Descrição	2.016	2.015
Materiais e Medicamentos	2.357.510	3.646.549
Imobilizado	122.019	393.051
Serviços tomados Pessoa Jurídica	833.077	1.459.456
	3.312.606	5.499.056

10. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Descrição	2.016	2.015
Honorários médicos pessoa jurídica	1.775.272	2.980.812
	1.775.272	2.980.812

11. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	2.016	2.015
Salários e ordenados	2.511.929	2.335.870
Provisão para dissídio coletivo (a)	899.189	-
FGTS	400.407	362.441
INSS	376.544	461.003
Provisão de férias e encargos	5.162.641	4.143.996
Outras	106.829	90.134
	9.447.539	7.393.444

(a) Provisão para dissídio coletivo: Em Setembro de 2016 o SINTHOSP, sindicato dos profissionais de enfermagem, técnicos, etc. do Estado do Pará, deveria divulgar o índice de reajuste salarial. Entretanto, até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras as partes envolvidas ainda não tinham chegado num acordo Para fazer face e essa despesa, a provisão para dissídio coletivo foi constituída pela administração, considerando o percentual de reajuste de 9,5%, a partir de setembro de 2016.

12. Obrigações Fiscais: Descrição

Descrição	2.016	2.015
Imposto de renda retido na fonte	866.679	1.051.199
Imposto sobre serviços retidos na fonte	29.736	71.217
Pis, Cofins e CSLL retidos na fonte	421.885	1.165.263
	1.318.300	2.287.679

13. Partes Relacionadas

Descrição	A pagar / (a receber)	2.016	2.015
Empréstimos-Hospital de Altamira/PA(a)	2.901	(568)	
Empréstimos - Hospital Galileu (a)	4.079.901	2.898.402	
Empréstimos - Hospital Oncológico (a)	344.244	(56)	

taxa de 97% a 101% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

5. Contas a Receber: Descrição	2.016	2.015
Secretaria Executiva de Saúde Pública	12.540.214	12.768.885
	12.540.214	12.768.885

6. Estoques: Descrição

Descrição	2.016	2.015
Diets e fios cirúrgicos	208.035	67.190
Gases Medicinais	69.533	80.749
Materiais de Banco de Sangue	9.888	49.501
Materiais hospitalares de consumo	729.974	441.260
Materiais hospitalares de reposição	142.025	118.711
Medicamentos	767.055	582.929
Materiais de higiene e Limpeza	126.848	45.212
Materiais de Manutenção	198.715	139.893
Uniformes e enxovais	120.944	649
Demais materiais	241.851	257.761
	2.614.868	1.783.555

7. Empréstimos de Medicamentos: Corresponde a empréstimos de medicamentos efetuados a outros Hospitais do Estado do Pará, através de solicitações da Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará, sem prazo para devolução.

2.016	2.015
Depreciação Acumulada	Líquido
(128.735)	1.199.553
(36.651)	862.538
(277.171)	260.774
(866.590)	2.581.029
(190.126)	513.881
(7.647)	63.790
(60.321)	284.305
(1.567.241)	5.022.068
(51.845)	39.306
-	(4.509.926)
(4.509.926)	(4.509.926)

Depreciação e realização	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/16
(47.045)	-	(662.562)	47.220
-	-	44.720	1.328.288
-	-	51.238	155.387
-	(780)	(43.601)	537.945
-	(12.414)	690.689	3.447.619
-	(9.494)	74.003	344.626
-	(16.800)	(173.039)	704.007
-	(20.262)	71.437	71.437
(587.222)	(46.399)	14.259	(1.567.241)
(587.222)	(132.932)	(24.555)	5.022.068
-	-	38.814	91.151
(13.245)	-	(14.259)	(51.845)
(13.245)	-	24.555	39.306
-	-	-	(4.509.926)
-	-	-	(4.509.926)

Empréstimos - Hospital Marabá (a)	(920.000)	(920.000)
Sede Administrativa Pró-Saúde (b)	151.929	431.251
	3.656.074	2.409.029

(a) - **Empréstimos:** Corresponde a empréstimos captados / (cedidos) às outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, sem cobrança de encargos e prazo para devolução. (b) - **Custos Corporativos Compartilhados:** Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativos ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado.

14. Estoques de Terceiros: A Entidade, ao iniciar por meio de contrato de gestão sua operação no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência, unidade pública que já se encontravam em funcionamento, assumiu a responsabilidade pela manutenção dos estoques de materiais e medicamentos já existentes, aferidos mediante inventário físico. Assim o reconhecimento de seu registro em seu ativo os estoques, em contrapartida, reconhecendo esses montantes como obrigação perante a Secretaria do Estado de Saúde Pública (SESPA), observado que a manutenção e o consumo desses estoques são cíclicos dentro do curso normal das atividades e a restituição efetiva ocorrerá por ocasião do encerramento do respectivo contrato de gestão. **15. Receitas Diferidas:** Corresponde ao 1º, 3º, 6º e 10º termo aditivo ao contrato 046/2012, pactuado junto a Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESPA), com a finalidade de promover investimentos necessários à reforma, revitalização e aquisição de equipamentos hospitalares para a unidade. Em 2016 foi celebrado o 10º termo aditivo no montante de R\$ 467.331. Todos os valores foram totalmente recebidos. A movimentação no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.016	2.015
Saldo inicial	504.291	99.569
(+) Subvenção para investimento	467.331	924.606
(-) Aquisição de equipamentos (ativo imobilizado)	(789.422)	(519.884)
	182.200	504.291

16. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os recursos provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.016	2.015
Saldo inicial	3.082.119	2.067.281
Adições (Nota 19-despesa com pessoal)	1.101.293	1.014.838
Saldo final	4.183.412	3.082.119

17. Provisão para Contingências: Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, baseado na opinião de seus assessores jurídicos, a Entidade não possui nenhum processo com probabilidade de perda provável ou possível em trâmite na justiça. **18. Receitas de Sub-**

venções - Custeio: As receitas com subvenções - custeio, referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para gestão do Hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.016 montaram R\$ 114.020.177 (2.015 - R\$ 94.448.977).

19. Despesas com Pessoal

Descrição	2.016	2.015
Salários e ordenados	(32.001.909)	(27.530.029)
Insalubridade	(1.805.635)	(1.493.807)
Horas extras e adicionais	(3.213.092)	(2.656.060)
Vale transporte	(804.446)	(700.358)
Décimo terceiro salário	(3.334.796)	(3.032.964)
Férias	(4.659.430)	(4.031.347)
FGTS	(3.745.814)	(3.198.806)
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(1.101.293)	(1.014.838)
Contribuição Patronal ao INSS	(11.302.346)	(9.670.917)
Isenção da Contribuição Patronal ao INSS	11.302.346	9.670.917
PIS	(438.891)	(383.960)
Outras	(170.818)	(22.985)
	(51.276.124)	(44.065.154)

20. Serviços de Terceiros: Descrição

Descrição	2.016	2.015
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(19.897.659)	(19.611.166)
Serviços tomados de pessoa física e outros	-	(33.421)
Serviços tomados de pessoa jurídica	(7.052.788)	(6.043.679)
	(26.950.447)	(25.688.266)

21. Custo Corporativo Compartilhado: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.

22. Drogas, Materiais e Medicamentos

Descrição	2.016	2.015
Medicamentos	(5.279.505)	(5.093.986)
Filmes radiológicos, fios cirúrgicos e diets	(1.104.666)	(938.819)
Ortese e prótese	(2.310.673)	(2.075.840)
Materiais de uso do paciente	(6.554.743)	(5.512.581)
Gases medicinais	(864.862)	(770.795)
Generos alimentícios	(2.177.221)	(1.188.025)
Materiais de limpeza e lavanderia	(1.250.815)	(1.031.026)
Combustíveis e lubrificantes	(82.978)	(64.669)
Materiais de conservação e reparos	(430.548)	(427.541)
Impressos e materiais de expediente	(333.056)	(261.592)
Peças e acessórios de reposição	(402.601)	(322.914)
Outros	(438.713)	(301.159)
	(21.230.381)	(17.988.947)

23. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.016	2.015
Ativos		
Valor justo por meio do resultado Caixa e equivalentes de caixa	6.398.737	5.410.973
Empréstimos e recebíveis	-	-
Contas a receber de clientes	12.540.214	12.768.885
Total	18.938.951	18.179.858

Passivos

Pelo custo amortizado	3.312.606	5.499.056
Honorários médicos	1.775.272	2.980.812
Partes relacionadas	3.656.074	2.409.029
Total	8.743.952	10.889.897

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. **24. INSS Cota Patronal:** (a) **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social:** Em 26 de setembro de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria 943 de 25 de setembro de 2014 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo

Descrição		2.016	2.015	26. Pacientes Atendidos:	
folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social): A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram:		Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3.455.086	2.859.094	A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.
		Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	330.471	-	
		Contribuição patronal ao INSS	11.302.346	9.670.917	
			15.087.903	12.530.011	
Dom Eurico dos Santos Veloso Presidente	Jocelmo Pablo Mews Diretor Geral da Pró-Saúde			Rogério Kunts Diretor Geral do Hospital	Itamar Cabral Monteiro Diretor Financeiro do Hospital
Fabio Brandão Contador local - CRC/PA: MA-008601/O-8 "T" - PA				Renato Souza de Almeida Contador geral - CRC: SP 218068/O-6 "S" - PA	
Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras					
<p>Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Metropolitana de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Metropolitana de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31/12/2.016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31/12/2.016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional: Conforme nota explicativa nº 1c, em exercícios anteriores o Hospital apurou prejuízos operacionais constantes, fato que tornou patrimônio líquido negativo, apesar de no exercício de 2016 a entidade ter apurado superávit. A Administração continuará implementando esforços no sentido de aplicar medidas de redução dos custos operacionais sem prejudicar os atendimentos hospitalares. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Responsabilidade</p>					
<p>de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança à respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Ananindeua, 17/02/2.017.</p>					
<p>LM Auditores Associados CRC 2SP018.611/O-8</p> <p>Maurício Diácoli CRC 1SP129.562/O-5 "S" - PA</p>					

Protocolo: 162298

TRAMONTINA NORTE S/A, Belém - Pa.
CNPJ nº 14.098.057/0001-80 Nire 15300018382.

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração. Em 20/02/2017, às 15:00hs na sede social da Companhia, sita na Av. principal, 700, setor C, Quadra 2, Distrito Industrial de Icoaraci, Belém-PA., reuniram-se os Membros do Conselho de Administração de Tramontina Norte S.A., dirigida pelo Presidente do Conselho, Sr. Clovis Tramontina e secretariada pelo seu Vice-Presidente Sr. Joselito Gusso para examinar a proposta da Diretoria Executiva de vender o seguinte imóvel apartamento nº 703 do Edifício Plaza Viena, situado na Travessa Caldeira Castelo Branco, 1120, Bairro São Brás, Belém - Pa., conforme matrícula 87, folha 87, livro 2-G.F. do segundo Ofício de Registro de Imóveis, de propriedade desta companhia para o Sr. Alvaro Dall Bello. Posto o assunto em discussão, este Conselho resolveu, por unanimidade, autorizar a Diretoria Executiva a ultimar a transação, passar a escritura, e assinar toda a documentação necessária. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada em 20.02.2017, aprovada por unanimidade tendo seu texto integral sido lavrado em livro próprio e arquivado na JUCEFA sob o nº 20000513516 do dia 28.03.2017 a) Marcelo Antônio Pessoa Cebolão - Secretário Geral.

Protocolo: 162291

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI - Departamento Regional do Pará, através da Comissão Central de Licitação do Sistema Fiepa COCELL, comunica aos interessados que está efetuando Acordo de Cooperação Técnica com o Banco do Brasil S.A. CNPJ. 00.000.000/0001-39, para utilização da Internet que possibilita a realização de licitações eletrônicas, doravante denominado licitações-e (www.licitacoes-e.com.br), para aquisição de bens e serviços comuns, por Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no Art. 10º inciso II do Regulamento de Licitações e Contratos do SENAI, valores contratados por demanda (valor unitário da Licitação R\$ 116,25, valor unitário por lote R\$ 10,47). Prazo de Execução do Termo de Cooperação Técnica: 24/02/2017 a 23/02/2018.

Belém (PA), 31 de março de 2017.

Neilton Carneiro do Nascimento

Coordenador e Pregoeiro

Comissão Central de Licitação do Sistema FIEPA

MAIL: licitacao@sesipa.org.br

Protocolo: 162295

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo de Prorrogação de Vigência Contrato nº. 01/2015. Origem: Inexigibilidade de Licitação nº. 012/2015/PMO/SEMSA. Objeto: Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva e montagem de consultórios odontológicos para as unidades de saúde. Contratada: CUNHA E LIMA LTDA - ME, CNPJ: 11.393.370/0001-52. Vigência: 04/07/2016 a 31/12/2016. ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo para Prorrogação de Vigência Contrato nº. 01- INEX 004/2016. Origem: Inexigibilidade nº. 04-2016PMO/SEMSA. Objeto: Contratação de empresa especializada em transporte fluvial de cargas, encomendas, pacientes e funcionários da SEMSA. Contratada: E. C. P. DO AMARAL - ME, CNPJ: 18.704.206/0001-68. Vigência: 01/01/2017 a 21/03/2017. ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo de Prorrogação de Vigência e Dotação Orçamentária ao Contrato nº. 01/2015 - DL. 006/2015/PMO-SEMED. Origem: Dispensa de Licitação nº. 006/2015/PMO/SEMED. Objeto: Locação de imóvel na rua Antônio Brito de Souza, nº 39, bairro de Santa Terezinha, para atender as necessidades da SEPAP e Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, no período de 12 meses. CONTRATADA: A. C. DA SILVA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA - ME, CNPJ: 09.634.253/0001-19. Vigência: 05/05/2016 a 31/12/2016. ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo de Prorrogação de Vigência e Dotação Orçamentária ao Contrato nº. 01/2015-CP. Origem: Chamada Pública nº. 001/2015/PMO/SEMED. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios diretamente da Agricultura Familiar, do Empreendedor Rural e de suas Organizações com o objetivo de atender aos beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, das Escolas de Rede de Ensino do Município de Óbidos. Contratada: COMPRAN, CNPJ: 10.790.366/0001-65. Vigência: 12/06/2016 a 12/07/2017. ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo de Prorrogação de Vigência e Dotação Orçamentária ao Contrato nº 01-TP 01/2015. Origem: TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015. Objeto: Construção de Empresa Especializada na Realização de Exames Laboratoriais Para Atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no Exercício de 2015. Contratada: LABORATÓRIO SANTARÉM LTDA - EPP, CNPJ: 83.662.205/0001-60. Vigência: 01/01/2016 a 25/08/2016. ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo de Prorrogação de Vigência Contrato nº. 01/2016. Origem: Pregão Presencial nº. 001/2016/PMO/SEMDES/SEMED. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades dos serviços desenvolvidos pela SEMDES, conselhos e os serviços de proteção social básica e especial dos CRAS E CREAS, programa bolsa família, CADUNICO para o

exercício de 2016 E aquisição de gêneros alimentícios para os cursos de formação continuada dos profissionais da educação em atendimento à SEMED. Contratadas: V. DE LIMA DOS SANTOS & CIA LTDA - ME CNPJ: 19.351.555/0001-06 E L. G. COUTO - ME CNPJ: 03.630.223/0001-20. Vigência: 01/01/2017 a 31/03/2017. ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo de Prorrogação de Vigência Contrato nº. 03/2016. Origem: Pregão Presencial nº. 009/2016/PMO/SEMED. Objeto: aquisição de materiais de limpeza, utensílios de copa e cozinha, material de expediente e material esportivo para atender as necessidades das unidades de ensino da rede pública municipal através da SEMED para o exercício de 2016. Contratada: L. G. COUTO - EPP, CNPJ: 03.630.223/0001-20. Vigência: 01/01/2016 a 31/03/2017. ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo de Prorrogação de Vigência ao Contrato nº 01/2016. Origem: PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016/PMO/SEMED/SEMSA. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para as atividades desenvolvidas pela SEMSA, aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para atender as necessidades das secretarias SEMAD, SEMPOF, SEMG, SEMAB, SEMMA, SEMCULT, SEPAP, SEURBI E SEMEL. Contratada: A. NETO DOS SANTOS - ME, CNPJ: 03.075.858/0001-03. Vigência: 01/01/2017 a 31/03/2017. ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo de Prorrogação de Vigência aos Contratos nº 01 e 02/2016. Origem: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016/PMO/SEMED. Objeto: Aquisição de produtos de limpeza e higiene para atender os serviços desenvolvidos pela SEMDES, conselhos e os serviços de proteção social básica e especial dos CRAS E CREAS, programa bolsa família e CADUNICO para o exercício de 2015. Contratadas: A NETO DOS SANTOS-ME, CNPJ: 03.075.858/0001-03 E L. G. COUTO - EPP, CNPJ: 03.630.223/0001-20. Vigência dos contratos: 01/01/2017 a 31/03/2017. ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo de Prorrogação de Vigência contratos administrativos nº 01, 02, 03, e 04/2016. Origem: Pregão Presencial nº. 008/2016/PMO/SEMSA. Objeto: aquisição de medicamentos para as unidades básicas de saúde da zona urbana e rural, hospital municipal, Centro de Atenção Psicossocial - CAPS e para cumprimento de serviços solicitados pela SEMSA. Contratadas: F. CARDOSO E CIA LTDA, CNPJ: 04.949.905/0001-63; TAPAJÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENTO LTDA, CNPJ: 84.521.053/0005-71, CRISTALFARMA COMÉRCIO REP. IMP. E . EXP. LTDA, CNPJ 05.003.408/0001-05 E D. C. S. VASCONCELOS - EPP, CNPJ: 01.009.452/0001-05 Vigência dos contratos: 01/01/2017 a 31/03/2017. Aline da Silva Ferreira - Presidente da CPL.

Protocolo: 162277